

Reitores reafirmam reajuste zero

Na última rodada de negociações entre o Fórum e o Cruesp, ocorrida dia 7/6, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, em São Paulo, os reitores argumentaram que, com base no índice FIPE, não foi registrada perda salarial no período de 1998/1999. Em resposta apresentada por escrito à pauta unificada encaminhada pelas entidades, reafirmaram que a “situação financeira das universidades impede qualquer tipo de aumento salarial de referência” e que em função da situação atual de inflação baixa, “não são desprezíveis os impactos dos mecanismos normais de elevação salarial da carreira universitária: promoções, adicionais por tempo de serviços e gratificações”. Portanto, os reitores mostram-se irredutíveis com relação às nossas reivindicações salariais.

O impacto da possibilidade do reajuste zero dos nossos salários ganha uma proporção ainda maior em função de outras notícias extremamente negativas que recebemos nas últimas semanas. O deputado José Anibal, atual secretário de Ciência e Tecnologia, declarou em entrevista publicada pelo jornal da Unicamp nº 142 (maio de 1999), que a aposentadoria integral para docentes e funcionários das universidades dificilmente será mantida; o governador Covas, encaminhou à Assembléia Legislativa o

projeto de lei de criação do Sistema Previdenciário do Governo do Estado de São Paulo em que estão previstas contribuições com alíquotas progressivas até 25%; e a deputada Célia Leão, demonstrando o descaso dos deputados da base governista com a universidade pública, apresentou emenda ao projeto de LDO para o ano 2000, propondo que no mínimo 25% dos recursos orçamentários da Unicamp sejam destinados ao seu complexo hospitalar e um

percentual com a mesma finalidade a ser definido para a USP e Unesp. Além de defender a transferência de recursos das universidades – que já são poucos – para preencher lacunas orçamentárias da área de saúde, o projeto da deputada ataca frontalmente a autonomia universitária (ver texto na página 3).

Mesmo frente a esse cenário, as ações dos reitores para a defesa da universidade junto ao governo e à Assembléia Legislativa, têm sido extremamente tímidas. Portanto, cabe às entidades representativas de docentes e funcionários das três universidades acumular esforços para construir uma mobilização capaz de reverter esse quadro. É bom lembrar que temos pela frente a campanha pela elevação do percentual de ICMS para 11,6%, na LDO/2000.

(..) os reitores mostram-se irredutíveis com relação às nossas reivindicações salariais.

Assembléia Geral de Docentes

Dia 16/06 (quarta-feira), às 12 horas, no auditório da Adunicamp

PAUTA:

- Campanha salarial;
- Projeto de Previdência do governo Covas;
- LDO.

A situação das nossas aposentadorias

Vivemos uma situação kafkiana. Todo dia sofremos alguma perda.

Quando ingressamos na carreira docente a perspectiva era, e é ainda, de aposentadoria com salário integral. Vai mudar. O governo já declarou que quer descontar contribuições para previdência dos salários, aposentadorias e pensões! Teremos de contribuir com muito mais que os atuais 6% que vão para o IPESP. Estamos sem reajuste salarial e, de fato, teremos grandes perdas pois o governo pretende que desconto para previdência seja muito salgado.

Atualmente não há contribuição para um sistema de aposentadoria mas apenas para pensão (IPESP). O entendimento era de que os salários mais baixos que os de mercado pagos pelo governo e pela universidade contemplavam uma poupança, feita pelo governo, para pagamento da futura aposentadoria. Os assalariados da iniciativa privada ganhavam mais e podem fazer uma poupança para complementar suas aposentadorias. Entretanto o governo jamais guardou um centavo que fosse para pagar futuras aposentadorias.

O governo Covas decidiu mudar as coisas. Recentemente enviou à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei para a criação do fundo previdenciário de todo o funcionalismo da administração direta e das autarquias do Estado, e que portanto inclui as universidades. Prevê que o fundo operará no regime de capitalização. Isto é, as contribuições do funcionalismo serão incorporadas a uma dotação inicial do próprio governo e o montante será aplicado no mercado financeiro de modo que dos rendi-

mentos sairá, mensalmente, a verba para pagamento das pensões e aposentadorias.

É preciso acompanhar de perto a constituição de um fundo previdenciário especialmente deste vulto (são mais de 300 mil aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo) que exige um grande aporte inicial de recursos por parte do governo. A lógica é a seguinte: quanto menos ele coloca mais nós pagamos. Outra questão fundamental é quem administra os recursos. Se o dinheiro fica acessível ao governo é fatal que acabe virando asfalto ou cano de esgoto. Afinal o governo federal quando “universalizou” a previdência, que só existia em regime de capitalização para algumas categorias profissionais (eram os IAPs), apropriou-se das grandes reservas financeiras dos fundos existentes e as utilizou para a construção de Brasília, da ponte Rio-Niterói, da rodovia trans-amazônica, etc.

Na reunião com o Cruesp realizada em São Paulo no dia 7 pp os reitores foram incisivos ao afirmar

Os reitores foram incisivos ao afirmar que sustentam a solicitação já feita ao governador, em meados de março, da constituição de um fundo de previdência próprio das universidades.

que sustentam a solicitação já feita ao governador, em meados de março, da constituição de um fundo de previdência próprio das universidades.

Há uma miríade de detalhes na estruturação de um fundo de previdência: regras de transição, comitê gestor com representação dos trabalhadores, cálculos atuariais, auditoria e por ai vai. É essencial que as entidades representativas de docentes e de funcionários técnico-administrativos participem da estruturação deste fundo.

Há esperança de que consigamos minimizar o prejuízo afinal ainda não foi revogado o instituto do direito adquirido.

Docentes da Federal de Uberlândia manifestam apoio à paralisação na Unicamp

Docentes da Universidade Federal de Uberlândia manifestaram sua solidariedade aos docentes e funcionários da Unicamp que paralisaram suas atividades no último dia 7 de junho. Abaixo segue a transcrição da nota.

Uberlândia, 7 de junho de 1999.

A ADUFU – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia se solidariza com os docentes e técnico-administrativos da Unicamp, em paralisação no dia de hoje, 7 de junho de 1999, por melhores condições de trabalho e pela garantia de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

ADUFU – Seção Sindical

Célia Leão quer financiar saúde com recursos da universidade

A deputada Célia Leão encaminhou à Assembléia Legislativa as emendas 758 e 759 ao Projeto de Lei no. 282 de 1999 (LDO - 2000). A primeira, define que os valores destinados às universidades públicas paulistas devam conter percentuais mínimos a serem destinados às suas respectivas áreas hospitalares. A justificativa é garantir “uma receita orçamentária autônoma” para essas unidades visando “garantir a sua sobrevivência e evitar o colapso do sistema”. A Segunda, refere-se especificamente à Unicamp e estabelece um piso de 25% dos recursos da Universidade a ser destinado ao seu complexo hospitalar.

De acordo com as justificativas apresentadas para as referidas emendas, tudo isso deverá ocorrer “sem prejuízo ou dependência do orçamento regular das demais atividades acadêmicas”. É bom lembrar que historicamente a deputada Célia Leão tem votado contra a ampliação do percentual de ICMS para as universidades na LDO. Portanto, sua proposta poderá trazer prejuízos para as universi-

dades sim. Na realidade, ela pretende compensar o déficit orçamentário da área de saúde com recursos da universidade. Queremos deixar bem claro que defendemos não só a manutenção como a ampliação dos serviços prestados pela universidade à comunidade, inclusive os ligados à saúde pública. Porém, para que isso seja possível, é necessário que o governo nos garanta os recursos necessários.

Mas as emendas propostas pela deputada envolvem ainda outra questão: elas representam mais um ataque frontal à autonomia universitária. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Portanto, compete exclusivamente aos conselhos universitários a gestão dos recursos destinados às universidades.

Repudiamos veementemente a iniciativa da deputada e pretendemos combater vigorosamente as suas propostas junto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, durante a votação da LDO/2000.

Debate sobre Projeto de Lei de Previdência

Debatedores:

MAURÍCIO COUTINHO

Professor do Instituto de Economia

SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

Doutorando em Teoria Geral do Direito na USP

**Dia 23 de junho
(quarta-feira),
às 12 horas,
no auditório da
Adunicamp**

Assembléia docente repudia repressão ao MST

Docentes reunidos em Assembléia Geral no dia 2 de junho de 1999, na sede da Adunicamp, aprovaram o envio da carta reproduzida abaixo ao Governador do Paraná, Jaime Lerner, ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, manifestando sua solidariedade aos companheiros do MST do Paraná e repudiando as ações repressivas da polícia aos trabalhadores sem terra daquele estado.

Os professores da UNICAMP, reunidos em assembléia geral, em 2 de junho de 1999, analisando o constante processo de resolução da questão social por via policial no Brasil, manifestam sua mais irrestrita solidariedade aos trabalhadores organizados pelo MST do Paraná que, juntamente com trabalhadores de outros estados, vêm travando uma luta justa e legítima pela reforma agrária e contra a política econômica adotada pelo atual governo que, ao mesmo tempo em que gasta bilhões de reais socorrendo instituições financeiras, acobertando corrupções e protegendo os interesses de grandes empresários e latifundiários, lança milhões de brasileiros no desemprego, fomentando a exclusão social e a miséria.

Ao mesmo tempo, afirmam o seu mais veemente repúdio às atitudes da Polícia Militar do Paraná que vem empregando métodos violentos em operações de despejo de trabalhadores rurais ligados ao MST em diversas áreas de ocupação no Estado, confiscando alimentos, destruindo planta-

ções e adotando práticas de tortura.

Consideram que é responsabilidade das autoridades constituídas a imediata suspensão dessas ações repressivas e o estabelecimento de soluções negociadas para possíveis situações de impasse criadas nos locais de ocupação.

Os professores da UNICAMP acompanham o desenvolvimento dos acontecimentos com extrema preocupação face ao uso da força em momento de profunda crise social como método preferencial de governo pelas chamadas autoridades constituídas.

Pelo fim da repressão!

Pelo direito de organização e manifestação do MST e do conjunto dos trabalhadores!

Pela Reforma Agrária imediata!

Pelo pagamento da dívida social (Saúde, Educação, Trabalho e Moradia)!

Assembléia Geral da Adunicamp

Comissão da CIPA convoca novas eleições

O presidente da Comissão Eleitoral da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – está convocando todos os servidores para a eleição dos seus novos membros. A seguir transcrevemos o edital de convocação.

De acordo com a Portaria GR148/95 eNR-5, ficam convocados os servidores (docentes e técnico-administrativos) desta Universidade – campus de Campinas, para eleição dos membros da CIPA, a ser realizada nos dias 16, 17 e 18 de junho, das 9h às 16h, com exceção das unidades cujas atividades se desenvolvem em período noturno ou em turnos, que terão o horário ampliado de acordo com as necessidades das mesmas.

Poderão votar e ser votados todos os servidores desta Universidade circunscritos no campus de Campinas, qualquer que seja o regime jurídico a que estejam vinculados funcionalmente.

O prazo para inscrição individual dos candidatos será de 2 a 9 de junho, nos seguintes horários e locais:

Sala da CIPA – Ciclo Básico, de 2 a 9 de junho, das 9h às 17h.

Restaurante I – dia 7 de junho, das 11h às 14h.

Restaurante HC – dia 8 de junho, das 11h às 14h e das 18h às 20h.

Restaurante II – dia 9 de junho das 11h às 14h.